



Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação *Lato Sensu*

Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

Sumário

1.	Nome do Curso e Área do Conhecimento	2
2.	Características Técnicas do Curso	2
3.	Público Alvo.....	Erro! Indicador não definido.
4.	Critérios de Seleção	2
5.	Justificativa do Curso	3
6.	Objetivos do Curso.....	3
7.	Metodologia de Ensino e Aprendizagem	3
8.	Estágio Não Obrigatório.....	5
9.	Matriz Curricular	7
9.	Carga Horária	7
10.	Conteúdo programático.....	7
11.	Infraestrutura Física e Pedagógica	21

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

Área de Avaliação (CAPES): Educação

Grande Área (CAPES): Ciências Humanas (7.00.00.00-0).

Área do Conhecimento (CAPES): Educação (7.08.00.00-6).

Classificação OCDE: Educação

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 100 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

Este curso atende a todas as exigências do MEC, mas não se propõe a atender legislações específicas dos estados. Cada interessado deverá fazer o estudo comparativo entre o currículo proposto pela nossa instituição e as exigências da Secretaria de Educação de seu estado, quando for o caso.

3. Público-alvo

O curso destina-se a graduados que queiram se especializar no campo da Educação Especial Inclusiva, buscando aprofundamento dos conhecimentos específicos nesta modalidade de ensino.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do Curso

A demanda por profissionais qualificados para trabalhar em contextos educacionais inclusivos se faz cada vez mais presente. As escolas, sejam elas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, Técnicas, Superior, privadas ou públicas, estão sendo desafiadas pela diferença. Educadores precisam se dispor a dialogar sobre a inclusão, a acolher e desenvolver ações voltadas para a permanência de todos os estudantes. Esse posicionamento, requer transformações nas concepções, nos princípios que embasam o ensino que respeite a singularidade de cada estudante.

O curso de Pós-graduação em “Educação Especial e Inclusiva”, propõe-se a atender à demanda de educadores que desejam aprofundar seus conhecimentos e/ou desenvolver ações para a construção de espaços educacionais mais inclusivos, instrumentalizando-os para a criação, implementação e avaliação de planos que incluam os Atendimentos Educacionais Especializados – AEE e que visem diminuir as barreiras do processo de escolarização.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- Oferecer oportunidades para que os educadores se apropriem de conhecimentos, sobre o ensino inclusivo, com base em contribuições teóricas, práticas e documentos oficiais sobre o tema.

6.2. Objetivos Específicos

Contribuir para que o profissional:

- Elabore, implemente e avalie propostas educacionais sustentadas nos conceitos, princípios e valores da escola para todos.
- Promova discussões acadêmicas sobre práticas do ensino inclusivo (Atendimento Educacional Especializado - AEE).
- Dialogue e elabore materiais didáticos à luz das perspectivas teóricas estudadas.

7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades:

- ✓ Leitura de textos de fundamentação teórica.
- ✓ Acesso às videoaulas.
- ✓ Aprofundamento dos seus conhecimentos, acessando elementos extratextuais.
- ✓ Desafio Profissional, com resolução para autoestudo.
- ✓ Realização de questões de autoestudo, para verificação de seu desempenho.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Com a finalidade de maximizar o aprendizado, o aluno contará também com 1 (uma) aula ao vivo por mês. Esta aula será ministrada de forma remota por um professor especialista. Por meio disto, o aluno terá acesso a conhecimento prático e atualizado, possibilitando uma compreensão mais profunda dos tópicos abordados no curso.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

8. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o

desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;

II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e

III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que obedeçam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso em conjunto com o professor orientador e também do Departamento de Estágios, devendo conter os seguintes dados:

I. matrícula regular especificando o semestre;

II. disciplinas ou habilidades imprescindíveis ao seu desenvolvimento;

III. atividades a serem desenvolvidas;

IV. supervisor de campo;

V. seguradora e apólice de seguro;

VI. bolsa-auxílio ou contraprestação;

VII. auxílio-transporte;

VIII. período de realização;

IX. período (s) de recesso; e

X. carga horária diária e semanal.

A orientação de estágio curricular pelo Departamento de Estágios deverá ser realizada por meio de orientação indireta mediante relatórios e, sempre que possível, visitas ao campo de estágio, além da utilização das tecnologias de informação e comunicação para contato das partes envolvidas.

9. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem	0h	40h	40h
Deficiência visual e AEE	0h	40h	40h
Deficiência auditiva e AEE	0h	40h	40h
Tecnologia assistiva e comunicação alternativa	0h	40h	40h
Diagnóstico e estratégias de intervenção para TEA	0h	40h	40h
Deficiência intelectual e AEE	0h	40h	40h
Deficiência física e AEE	0h	40h	40h
Legislação e políticas públicas de inclusão e multiculturalidade	0h	40h	40h
Problemas e distúrbios de aprendizagem	0h	40h	40h

9. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

10. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Ensino a distância: características desta modalidade de estudo. A tecnologia e o ensino à distância. Legislação do Ensino a Distância no Brasil. Aspectos relacionados ao perfil no Ensino a Distância.

Competências e Habilidades:

- Compreender a modalidade de ensino a distância.
- Identificar uma relação entre tecnologia e educação no contexto do EAD;
- Discutir elementos da legislação do ensino a distância no Brasil;
- Refletir sobre o perfil do aluno em ensino a distância.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao Ensino a Distância.

Conteúdo Programático 2: Tecnologia e educação.

Conteúdo Programático 3: Legislação do Ensino a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Perfil do aluno no Ensino a Distância.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, H. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma 'humanização' em contexto educativo. 2014. **Boletim informativo Cybercentro Castelo Branco**. Castelo Branco, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MEYER, A. I. da S. (2022). Conceituando a Educação a Distância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 590-601, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3835>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VAZ, M. L. de L.; RIBEIRO, F.; COSTA, L. A. da. Os desafios da educação a distância on-line e a remotividade na nova engenharia educacional. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 4, p. 79-86. Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/79>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VIEIRA, D. M. L.; COSTA, L. A.; VAZ, M. L. L. Um novo olhar para a educação a distância. In: MACHADO, G. E.; COSTA, S. C.; SILVA, K. R. P. **Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais**. Santa Maria: Arco, 2021.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, M. M. Internet: auxílio à educação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 37- 44, [s. l.], 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23717>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PIVA, D. J.; PUPO, R.; GAMEZ, L. et al. **EAD na prática**: planejamento, métodos e ambientes de educação on-line. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem

Ementa: Desenvolvimento psicológico, motor e cognitivo da criança de zero a dez anos. Desenvolvimento psicológico, motor e cognitivo da criança de onze anos (pré-adolescente) ao fim da adolescência. Teorias psicológicas da aprendizagem. Alterações no percurso regular do desenvolvimento e da aprendizagem.

Competências e Habilidades:

- Conhecer processo de desenvolvimento da criança e do adolescente;
- Identificar os marcos do desenvolvimento e as expectativas para cada idade;
- Compreender os processos psicológicos relacionados ao desenvolvimento cognitivo;
- Construir conceituação acerca do sentido do aprender e da escolarização regular;
- Identificar casos que não correspondem à expectativa de desenvolvimento esperado para as diversas faixas etárias;
- Elaborar processos de intervenção em casos de alteração do percurso regular do desenvolvimento da aprendizagem;
- Construir repertório em relação à psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem.

Conteúdo Programático:

Conteúdo Programático 1: Desenvolvimento psicológico, motor e cognitivo da criança de zero a dez anos.

Conteúdo Programático 2: Desenvolvimento psicológico, motor e cognitivo da criança de onze anos (pré-adolescente) ao fim da adolescência.

Conteúdo Programático 3: Teorias psicológicas da aprendizagem.

Conteúdo Programático 4: Alterações no percurso regular do desenvolvimento e da aprendizagem.

Bibliografia básica

LA TAILLE, Yves de, OLIVEIRA, Marta Kohl de, DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon** – teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 2019.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. (2013). **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: AMGH, 2021.

ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. **Transtorno da aprendizagem**: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2015.

Bibliografia complementar:

BEE, H. **A criança em Desenvolvimento**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FONSECA, V. **Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SALVADOR, C. C.; GÓMEZ, I. A.; MARTÍ, E. **Psicologia do Ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Disciplina: Deficiência Visual e AEE

Ementa: Caracterização da deficiência visual, a cegueira, a baixa visão e a surdocegueira. Políticas inclusivas para o ensino e a aprendizagem de alunos com deficiência visual. Recursos e tecnologias assistivas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) de alunos com deficiência visual. Orientação e mobilidade de alunos com deficiência visual

Competências e Habilidades:

- Entender as definições de deficiência visual, causas e aspectos relativos ao desenvolvimento da linguagem, orientação e mobilidade.
- Compreender as necessidades dos indivíduos com deficiência visual como decorrentes de processos específicos e singulares de desenvolvimento, em relação aos estímulos ambientais em que vivem e identificar os obstáculos existentes para a aprendizagem.
- Conhecer e ser capaz de planejar o uso de recursos assistivos para o processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência visual no Atendimento Educacional Especializado

Conteúdo Programático 1: Definição de deficiência visual e surdocegueira; tipos e causas da deficiência visual e surdocegueira Aspectos relativos ao desenvolvimento do deficiente visual.

Conteúdo Programático 2: Sistema Braille, Tadoma e outras formas de comunicação.. Recursos didáticos e assistivos (recursos óticos e não óticos) para o ensino e aprendizagem com alunos com deficiência visual. Uso de guia – intérprete para o surdocego.

Conteúdo Programático 3: Educação inclusiva de alunos com deficiência visual, adaptação de materiais e recursos assistivos para alunos com deficiência visual: Comunicação alternativa, pranchas

de comunicação, modelos, mapas e maquetes, leitores de telas, objetos de aprendizagem para o ensino de alunos com deficiência visual.

Conteúdo Programático 4: Objetivos do AEE realizado na sala de recursos multifuncionais e sala de aula regular para alunos com deficiência visual, Aspectos relativos à orientação e mobilidade de alunos com deficiência visual e/ou com surdocegueira. Características do professor inclusivo.

Bibliografia básica:

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Visual.** Brasília: MEC, 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf Acesso em 26 mai 2021

BRASIL. MEC/SEESP. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Visual.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007

DOMINGUES, C. A. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual : baixa visão e cegueira.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 3. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar)

Bibliografia complementar

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.** Brasília: 2008 Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192 Acesso em 02 jun 2021.

GALVÃO, N. de C. S. S.; MIRANDA, T. G. Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Surdocegueira: um Estudo de Caso no Espaço da Escola Regular. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 19, n.1, p. 43-60, Jan.- Mar., 2013.

MOSQUERA, C. F. F. **Deficiência Visual na Escola Inclusiva.** [Livro Eletrônico] Curitiba: Intersaberes, 2012. – (Série Inclusão Escola) - Biblioteca Virtual Pearson 3.0

Disciplina: Deficiência Auditiva e AEE

Ementa: Questões conceituais que envolvem a deficiência auditiva e a surdez. Políticas atuais de educação inclusiva para o surdo. Estratégias educacionais e o Atendimento Educacional Especializado. O papel da Libras e práticas pedagógicas bilíngues.

Conteúdo Programático 1: Questões conceituais da Deficiência auditiva/surdez. História da educação de surdos e políticas atuais de educação inclusiva.

Conteúdo Programático 2: Características da aprendizagem do surdo. Estratégias educacionais. Aprendizagem da Língua Portuguesa (escrita) como segunda língua. Formação de conceitos.

Conteúdo Programático 3 Atendimento Educacional Especializado para o estudante com surdez/DA e intervenção educacional

Conteúdo Programático 4: O papel da Língua Brasileira de Sinais na educação dos surdos. Comunicação dos alunos com surdez: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e práticas pedagógicas bilíngues.

Bibliografia:

BRASIL. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com surdez.** MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf>. Acesso em: 20 abr 2021.

GESSER, A. **Libras, que língua é essa.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009

PEREIRA, M C. **LIBRAS conhecimento além dos sinais.** São Paulo: Person Prentice Hall, 2011.

Demais referências:

QUADROS, R.M; KARNOPP, L.B. Língua de Sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre-RS: Artmed, 2009, p. 221.

SCHNEIDER, R. Educação de Surdos – Inclusão no Ensino Regular. São Paulo: UPF, 2006.

SOUZA, R. M. ; SILVESTRE, N. Educação de Surdos. 5. ed. São Paulo: Summus, 2007. v. 1.

Disciplina: Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa

Ementa: Introdução à Tecnologia Assistiva: conceitos e definições; explicitando as origens e os objetivos da TA. Tecnologia assistiva, inclusão escolar e autonomia. Histórico da TA na legislação e nas políticas nacionais. ABNT, ISO e TA. O processo de desenvolvimento das ajudas técnicas. Características dos serviços de Tecnologia Assistiva – equipe multi/transdisciplinar. Barreiras para inclusão; sistemas de comunicação; recursos, técnicas e estratégias para Comunicação Aumentativa e Alternativa; símbolos na comunicação pictórica; tipos de símbolos; técnicas de seleção dos símbolos. Orientação sobre o uso de materiais e equipamentos de Tecnologia Assistiva na educação. Inclusão digital e educação. Softwares Educativos e objetos de Aprendizagem; recursos de acessibilidade para dispositivos móveis (aplicativos para acessibilidade); recursos de acessibilidade ao computador; Design universal e Design Universal para Aprendizagem. Atendimento Educacional Especializado e salas de recursos multifuncionais: população alvo. Recursos e tecnologia aplicados no AEE. Metodologias na sala de recursos e atribuições do professor; planejamento do desenvolvimento do aluno – PDI. Auxílios para a vida diária e ajudas técnicas individuais: órteses e próteses; adequação postural; auxílios de mobilidade; auxílios para cegos ou para pessoas com visão subnormal; auxílios para pessoas com surdez ou déficit auditivo.

Conteúdo Programático 1: Introdução à Tecnologia Assistiva: conceitos e definições; explicitando as origens e os objetivos da TA; Tecnologia assistiva, inclusão escolar e autonomia; Histórico da TA na legislação e nas políticas nacionais; ABNT, ISO e TA. Ajudas técnicas ou tecnologia assistiva. O processo

de desenvolvimento das ajudas técnicas. Características dos serviços de Tecnologia Assistiva – equipe multi/transdisciplinar.

Conteúdo Programático 2: Barreiras para inclusão; sistemas de comunicação; recursos, técnicas e estratégias para Comunicação Aumentativa e Alternativa; símbolos na comunicação pictórica; tipos de símbolos; técnicas de seleção dos símbolos.

Conteúdo Programático 3: Orientação sobre o uso de materiais e equipamentos de Tecnologia Assistiva na educação. Inclusão digital e educação. Softwares Educativos e objetos de Aprendizagem; recursos de acessibilidade para dispositivos móveis (aplicativos para acessibilidade); recursos de acessibilidade ao computador; Design universal e Design Universal para Aprendizagem.

Conteúdo Programático 4: Atendimento Educacional Especializado e salas de recursos multifuncionais: população alvo. Recursos e tecnologia aplicados no AEE. Metodologias na sala de recursos e atribuições do professor; planejamento do desenvolvimento do aluno – PDI. Auxílios para a vida diária e ajudas técnicas individuais: órteses e próteses; adequação postural; auxílios de mobilidade; auxílios para cegos ou para pessoas com visão subnormal; auxílios para pessoas com surdez ou déficit auditivo.

Bibliografia:

BATISTA, C. A. M. **Educação inclusiva:** atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva.** Porto Alegre: Assistiva, 2013. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS. **Tecnologia Assistiva.** Brasília: Comitê de Ajudas Técnicas, 2009.

CARLETO, A. C.; CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal:** um conceito para todos. São Paulo: Instituto Mara Gabrieli, [s.d]. Disponível em: <http://www.vereadoramragabril.com.br/files/universal_web.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DAMASCENO, L.; FILHO, T. G. **As novas tecnologias como tecnologia assistiva:** utilizando os recursos de acessibilidade na educação especial. Anais do III Congresso Ibero-Americano de informática na educação especial. Fortaleza: MEC. 2002. p. 1-11.

DELIBERATO, D. **Comunicação Alternativa:** informações básicas para professores. In: OLIVEIRA, A. A. S.; OMOTE, S.; GIROTO, C. R. M. Inclusão Escolar: As contribuições da educação especial. Marília: FUNDEPE, 2008.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Alunos com deficiência e seu direito à Educação: trata-se de uma Educação Especial? In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). **O Desafio das Diferenças nas Escolas.** Editora Vozes: Petrópolis – RJ, 2008

MANTOAN, M. T. E. A escola e suas transformações a partir da educação especial na perspectiva inclusiva - Relatório III. 1. ed. Campinas: Librum Editora, 2014. v. 1. 191p.

MARRA, A. C. G.; MENDES, R. H. **Guia para produção de material didático inclusivo**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2014.

Demais referências:

ABNT. **NBR 15.599**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2008.

ABNT. **NBR 16.537**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2016.

BRASIL. Base Nacional Curricular Comum. **Ministério da Educação**, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaoopessoasco mdeficiencia.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DELIBERATO. D. Seleção, adequação e implementação de recursos alternativos e/ou suplementares de comunicação. In: PINHO, S. Z.; SAGLIETTI, J. R. C. (Org.). **Núcleo de ensino**. São Paulo: UNESP, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, M. P. **Municípios construindo acessibilidade: o que todo prefeito deve saber**. Laboratório ADAPTSE, 2009. Disponível em: <<http://www.adaptse.org/172>>.

HANLINE, Mary Frances; NUNES, Debora; WORTHY, M. Brandy. Augmentative and alternative communication in the early childhood years. **Beyond The Journal / Young Children on the Web**, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.naeyc.org/files/yc/file/200707/BTJHanline.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, Medellín, v. 22, n. 57, p. 93-109, Mai-Ago 2010.

Disciplina: Diagnóstico e estratégias de intervenção para TEA

Ementa: Desenvolvimento, prognóstico e diagnóstico do TEA. A importância do ambiente escolar e familiar na detecção precoce. Aplicações e testes no contexto clínico. Intervenções nos processos de aprendizagem acadêmica e social. Principais técnicas da ABA direcionadas ao TEA.

Competências e Habilidades:

- Conceituar as principais modalidades de terapias para intervenções no TEA;
- Compreender os métodos mais adequados para o diagnóstico clínico;
- Conhecer as possibilidades de treinamentos das habilidades sociais baseados em evidências científicas.

Conteúdo Programático 1: Critérios, características essenciais e diagnósticos.

Conteúdo Programático 2: A detecção precoce no ambiente escolar e familiar.

Conteúdo Programático 3: Testes práticos e aplicações no contexto da aprendizagem.

Conteúdo Programático 4: Análise do Comportamento Aplicado. Terapia Ocupacional. Reorganização Sensorial. Outras terapias e intervenções.

Bibliografia Básica:

BAPTISTA, Claudio Roberto et al. Autismo e educação. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DUMAS, Jean E. Psicopatologia da infância e da adolescência. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Volkmar, Fred R. Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento. Porto Alegre : Artmed, 2019.

Bibliografia Complementar:

CAMINHA, Vera Lúcia Prudência dos Santos et al. **Autismo:** vivências e caminhos. São Paulo: Blucher, 2016.

PAPALIA, Diane & FELDMAN, Ruth E. **Desenvolvimento Humano.** 14 ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

SELLA, Ana Carolina & RIBEIRO, Daniela Mendonça (org.). **Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista.** Curitiba: Appris, 2018.

Disciplina: Deficiência Intelectual e AEE

Ementa: Conhecer o processo histórico da deficiência intelectual no contexto social. Estudar os pressupostos teóricos que embasam o processo inclusivo e discutir a elaboração de procedimentos de ensino que favorecem a aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual. Analisar e discutir o papel do profissional de atendimento educacional especializado em relação a pessoas com deficiência intelectual.

Competências e Habilidades:

- Conhecer os princípios da deficiência intelectual

- Compreender as implicações do diagnóstico de deficiência intelectual na educação
- Discutir o papel do Atendimento Educacional Especializado
- Relacionar o Atendimento Educacional Especializado ao ensino da pessoa com Deficiência intelectual

Conteúdo Programático 1: A noção de deficiência intelectual e contexto de Atendimento Educacional Especializado

Conteúdo Programático 2: Representações sociais e a imposição de limitações – Construção de estereótipos. Diferentes concepções acerca da deficiência intelectual.

Conteúdo Programático 3: A sala de aula regular e as estratégias do AEE para estudantes com Deficiência Intelectual Políticas, Concepções e a Avaliação.

Conteúdo Programático 4: Prática docente, flexibilização curricular e avaliação - Aspectos curriculares. Estratégias para a escolarização do aluno com deficiência intelectual. A Terminalidade Específica.

Bibliografia básica

HAMMEL, Cristiane; DOS SANTOS, Sandro Aparecido; MIYAHARA, Ricardo Yoshimitsu. Alunos com deficiência intelectual e aprendizagem significativa: uma sequência didática sobre o tema-coronavírus. **Revista Educação Especial**, v. 34, p. 1-1-17, 2021.

JANNUZZI, Gilberta de M. **A educação do deficiente no Brasil**. Autores associados, 2017.

PACHECO, Ana Paula; MAIA, Helenice. O trabalho do professor de atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais em escolas da Baixada Fluminense. **Revista Educação e cultura contemporânea**, v. 14, n. 35, p. 194-213, 2017.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica**. 2009.

DE OLIVEIRA, César Augusto. **A pessoa com deficiência intelectual: o amparo e a proteção para inclusão social: atualizado de acordo com a Lei no 13.840 de 05 de junho de 2019**. Editora Dialética, 2021.

GLAT, Rosana; ESTEF, Suzanli. Experiências e Vivências de Escolarização de Alunos com Deficiência Intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021.

Disciplina: Deficiência Física e AEE

Ementa: O Atendimento Educacional Especializado (AEE) para estudantes com deficiência física (DF) em seus aspectos legais e pedagógicos. Prática docente na educação inclusiva para estudantes com DF. Estratégias Educacionais para o AEE de estudantes com DF. As Tecnologias Assistivas para estudantes com DF. Aspectos da Comunicação: Comunicação Suplementar e/ou Alternativa. Orientação e mobilidade.

Tema 1: Deficiência física e necessidades educacionais

Caracterização da deficiência física. Identificação de habilidades, dificuldades e necessidades dos alunos com deficiência física. Atendimento de necessidades específicas do aluno com deficiência física, por meio do AEE.

Tema 2: Organização de recursos pedagógicos.

A organização da escola frente aos estudantes com DF, adaptações arquitetônicas, instrucionais e curriculares. Identificação e implementação de recursos pedagógicos necessários à superação das barreiras de acesso e aprendizagem dos alunos com deficiência física

Tema 3: Uso da Tecnologia Assistiva e adaptações escolares.

Tecnologia Assistiva - Avaliação e implementação. Material Escolar e Pedagógico Adaptado.

Tema 4: Acessibilidade: mobilidade, comunicação e participação.

Ajudas técnicas: recursos para comunicação alternativa e recursos pedagógicos adaptados. Acessibilidade na aprendizagem. Acessibilidade na arquitetura, Acessibilidade na mobilidade, funcionalidade, locomoção e participação. Acessibilidade Comunicativa: Comunicação Suplementar e/ou Alternativa – aspectos teóricos e práticos.

Bibliografia:

BRASIL. **Atendimento Educacional Especializado:** deficiência física. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Portal de ajudas técnicas para educação:** equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos pedagógicos adaptados / Secretaria de Educação Especial - Brasília: MEC: SEESP, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/rec_adaptados.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

FACHINETTI, T. A.; GONÇALVES, A. G.; LOURENÇO, G. F. Atendimento educacional especializado (AEE) e a oferta para alunos com deficiência física. **Crítica Educativa**, v. 1, n. 2, p. 172–186, 2015. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/14>. Acesso em: 24 mar. 2021.

Demais referências:

BERSCH, R. **Tecnologia assistiva: metodologia para estruturação de serviço em escolas públicas**. 2009. 231f. Dissertação (Mestrado em Design) - Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. DEFICIÊNCIA FÍSICA. Brasília – DF: 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação, Secretaria de Educação Especial. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília – DF: 2007.

GODÓI, A. M. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física**. [4. ed.] / Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 98 p.

LOURENÇO, G. F. **Avaliação de um programa de formação sobre recursos de Alta Tecnologia Assistiva e Escolarização**. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. UFSCAR: São Carlos, 2012, 258 f. Disponível em: <http://www.bdttd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4986>. Acesso em: 23 nov. 2016.

NUNES, L. R. O. P. **Linguagem e comunicação alternativa: uma introdução**. In: NUNES, L.R.O.P. (Org.) Favorecendo o desenvolvimento da comunicação em crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Dunya, 2003.

VARA, M. F. F.; CIDADE, R. E. **Conhecimentos básicos da deficiência física para o atendimento educacional especializado**. Curitiba: InterSaberes, 2020.

Disciplina: Legislação e Políticas Públicas de Inclusão e Multiculturalidade

Ementa: Conceitos, política e fundamentos de educação multicultural, intercultural e inclusiva e sua influência no processo de formação do cidadão. Multiculturalismo e discussões de raça, gênero, etnia e o desenvolvimento dos sujeitos. Adequação do currículo e dos espaços educativos nos contextos multiculturais e inclusivos. Características das deficiências.

Competências e Habilidades:

- Conhecer conceitos e fundamentos interculturais e inclusivos no processo de formação do cidadão

- Desenvolver empatia frente a diversidade humana
- Utilizar procedimentos adequados para adaptação curricular em ambientes multiculturais e inclusivos.
- Identificar as características principais das diversas deficiências.

Conteúdo Programático:

Conteúdo Programático 1: Conceitos, fundamentos e políticas de educação multicultural, intercultural e inclusiva e sua influência no processo de formação do cidadão.

Conteúdo Programático 2: Multiculturalismo e adequação do currículo e dos espaços educativos nos contextos multiculturais e inclusivos.

Conteúdo Programático 3: Característica das deficiências: Visual, auditiva e física.

Conteúdo Programático 4: Deficiência intelectual, Transtorno do Espectro Autista (TEA), e altas habilidades.

Bibliografia

BENUTE, G. R. G. (org). **Transtorno do Espectro Autista:** Desafios da inclusão. São Paulo: Setor de Publicações - Centro Universitário São Camilo, 2020.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão:** O que é? Por que fazer? Como Fazer?. São Paulo: Summus, 2015.

PEREIRA, A. A.; COSTA, W. (orgs.). **Educação e diversidade em diferentes contextos.** Rio de Janeiro: Pallas editora, 2015.

Bibliografia complementar

BENUTE, G. R. G. (org). **Surdez e Deficiência Visual.** São Paulo: Setor de Publicações - Centro Universitário São Camilo, 2020.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2015.

HALL, S. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 12ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2019.

Disciplina: Problemas e Distúrbios da Aprendizagem

Ementa: Fatores de influência para os problemas de aprendizagem; Distúrbios relacionados à leitura, à escrita e à matemática; limitações cognitivas e disfunções neurológicas como problemas de aprendizagem.

Competências e Habilidades:

- Discutir e caracterizar transtornos, distúrbios e dificuldades de aprendizagem;
- Conhecer as características da discalculia e da disortografia bem como entender os processos cognitivos;
- Conhecer as características da discalculia e seus tipos e fazer distinção da acalculia;
- Entender como outros transtornos do neurodesenvolvimento podem impactar e atrapalhar o processo de aprendizado.

Conteúdo Programático 1: Transtornos de Aprendizagem: caracterização e tipos.

Conteúdo Programático 2: Dislexia e disortografia: definição e descrição.

Conteúdo Programático 3: Discalculia: definição e descrição.

Conteúdo Programático 4: Outros transtornos do neurodesenvolvimento.

Bibliografia básica

BARKLEY, R. A. et al. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade. Manual para Diagnóstico e Tratamento.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CAPOVILLA, F. C.; VALLE, L. E. L. R. **Neuropsicologia e Aprendizagem.** 3. ed. Ribeirão Preto: Novo Conceito Editora, 2011.

ROTTA, N. T. et al. **Transtorno da Aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar.** Porto Alegre: Artmed. 2006.

SEABRA, M. A. B. (Org.) **Distúrbios e transtornos de aprendizagem: aspectos teóricos.** 1. ed. Curitiba, PR: Bagai, 2020.

TOPCZEWSKI, A. **Aprendizado e suas dificuldades: como lidar?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

Bibliografia complementar

BRASIL. **Lei nº 14.254**, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14254-30-novembro-2021-792022-publicacaooriginal-164005-pl.html>. Acesso em: 09 dez. 2021.

KLEIN, L. R. **Alfabetização: quem tem medo de ensinar?** Campo Grande, Mato Grosso do Sul: Cortez, 2002.

SAMPAIO, S.; FREITAS, I. B. (Orgs.). **Transtornos e dificuldades de aprendizagem: entendendo melhor os alunos com necessidades educativas especiais**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

11. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

